**MODELO 10**

**DECLARAÇÃO DE LIMITAÇÃO DE REMUNERAÇÃO AO TETO CONSTITUCIONAL**

**NOTA EXPLICATIVA:**

Esta minuta deve ser utilizada com o objetivo de demonstrar a compatibilidade da remuneração do servidor público com o denominado “teto” constitucional, considerando o recebimento de bolsas e outras retribuições pela execução de projetos e outras atividades (a exemplo da prestação de serviços técnicos especializados). A adoção deste documento tem se demonstrado uma boa prática de gestão, tendo em vista que mostra o cuidado no controle da possibilidade de extrapolação dos valores definidos em Lei. Atualmente os valores são fixados pela [Lei nº 14.520, de 09 de janeiro de 2023](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14520.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.520%2C%20DE%209,Art.).

Cabe citar que tal declaração pode ser firmada pelo pesquisador ou pelo coordenador em seu próprio nome, ou pelo coordenador do projeto, em nome de toda a equipe, desde que ele tenha as informações para tanto, assumindo a responsabilidade pelo conteúdo da declaração.

A declaração pode também assumir o formato de termo de responsabilidade firmado pelo coordenador do projeto ou por titular de outro órgão competente dentro da estrutura da ICT.

As notas explicativas destacadas para compreensão do agente ou setor responsável pela elaboração do documentodeverão ser devidamente suprimidas quando da finalização do mesmo.

**Base legal: Constituição Federal, art. 37, XI; Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, art. 9º, §§ 1º e 4º e Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010, art. 7º, § 4º.**

 No modelo a seguir, deve-se observar que:

a) os itens escritos na cor **PRETA** devem ser mantidos, podendo eventualmente ser alterados ou excluídos diante do caso concreto, e;

b) aqueles redigidos na cor **AZUL** são textos que dependem de situações específicas ou se trata de textos sugestivos. Cabe a cada entidade verificar o que deve ser escrito nestes itens e decidir se eles serão ou não mantidos na redação final do acordo.

**MODELO**

**DECLARAÇÃO DE LIMITAÇÃO DE REMUNERAÇÃO AO TETO CONSTITUCIONAL**

Declaro que minha remuneração como servidor público federal, somada aos valores recebidos como bolsa (ou retribuição) no projeto ou atividade X (indicar) não excede, mensalmente, o maior valor recebido pelo funcionalismo público federal, nos termos do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Nome do Pesquisador)

**OU**

Declaro que a remuneração dos membros da equipe desta X (indicar a ICT) como servidores públicos federais, somadas aos valores recebidos como bolsa (ou retribuição) no projeto ou atividade X (indicar) não excede, mensalmente, o maior valor recebido pelo funcionalismo público federal, nos termos do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Coordenador do Projeto)

**NOTA EXPLICATIVA**: o exame do total de remuneração percebida pelos servidores públicos federais vem sendo verificado pelos órgãos de controle de forma recorrente. Em caso de extrapolação do teto, o Tribunal de Contas da União (TCU) vem determinando a devolução de valores a maior, entre outras determinações (v.g. Acórdãos nº 4.833/2017 e nº 9.172/2017 - TCU – 2ª Câmara).